

SOMOS FEITOS DE VALORES



SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração	03	Notas Explicativas	18
Direcionadores Estratégicos	05	Relatório da Auditoria	34
Governança Corporativa	06	Parecer do Conselho Fiscal	37
Relatório da Administração	07	SICOOB COOPEC em Gráficos	38
Demonstrações Contábeis	13		

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITORIAL DO CONAD 2021

O Sicoob Coopec iniciou o ano de 2020 com boas perspectivas, de casa nova e com possibilidade de exploração de novos mercados, contudo, nos deparamos com um exercício atípico em relação aos anos anteriores. Com o advento da pandemia do Covid-19, desafios diferentes foram postos, programações precisaram ser repensadas e adequadas à nova realidade para superarmos tais desafios e alcançamos o nosso objetivo comum.

Esse inimigo global que gerou tantos impactos na sociedade, seja na vida das pessoas, no funcionamento das empresas, nas ações do Estado dentre outros, também provocou a necessidade de mudanças de nossas atitudes para mantermos nossas condições de estabilidade financeira. Temos certeza que as decisões tomadas foram para o bem da nossa cooperativa e do nosso cooperado.

O ano de 2020 foi marcado por ajustes em toda nossa estrutura de Governança, aconteceu de fato a segregação entre o Executivo e o Administrativo, onde cada um passou a exercer o seu papel em conformidade com as exigências determinadas na resolução 4434 do Banco Central, que trata também da separação de funções. Outra mudança importante refere-se ao crédito, onde reduzimos a taxa de administração e fizemos o alongamento das dívidas dos nossos cooperados de 36 para 48 meses do empréstimo normal ou empréstimo em conta corrente e de 60 meses para 96 meses no empréstimo consignado. Isso, logicamente, gerou impacto diretamente nos resultados da cooperativa. Mesmo com um ano desafiador como foi 2020, podemos afirmar que alcançamos êxito, pois apesar das dificuldades encontradas tivemos rendimento positivo,

o que muitas singulares do Sistema não conseguiram alcançar e sendo assim, distribuiremos sobras para o nosso cooperado em conta corrente, como historicamente a nossa Cooperativa tem feito. Além disso, é importante comunicar que houve ainda a correção do Capital Social em dezembro.

Estamos no caminho certo, ajustamos toda nossa estrutura de governança e temos um quadro de diretores e empregados dentro da normalidade, reformulamos mais uma vez o nosso estatuto social, ampliando as possibilidades de novos cooperados e oportunidade de negócios, nossa pretensão é chegarmos no final do ano com mais de 3.500 cooperados, aumentando sensivelmente o nosso quadro social, o que impactará diretamente nos resultados positivos da Sicoob Coopec nesse exercício de 2021.

Com o apoio dos nossos cooperados e de toda nossa equipe de trabalho empenhada, alcançaremos nossas metas e objetivos, promovendo dia após dia o crescimento do Sicoob Coopec, fomentando o desenvolvimento econômico e social de todos os nossos associados e da comunidade no qual estamos inseridos, como deve ser o ciclo virtuoso do cooperativismo.

Neste ano de 2021, mesmo não tendo superado totalmente o Covid-19, estamos trabalhando para que seja bem melhor que o ano de 2020. Nossa equipe está montada, teremos a inauguração do nosso posto de atendimento em Ilhéus e faremos uma nova reforma estatutária abrindo ainda mais o nosso

estatuto, para que tenhamos condições de continuar crescendo e conquistando novos mercados, bem como alcançar condições de igualdade diante de outras instituições financeiras.

Estamos presente no dia a dia da nossa cooperativa acompanhando o seu desempenho, fazendo contatos direto com nossa Diretoria Executiva, da mesma forma que mantemos uma relação harmônica com o nosso Conselho Fiscal. Todos trabalhando em prol do crescimento de nossa cooperativa e com objetivo único, que é vê-la prosperar sempre, procurando alcançar o que foi estabelecido como Visão de “sermos referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades”. Com a Missão de “promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação”; e com os Valores de “respeito e valorização da pessoa, ética e integridade, excelência e eficiência, liderança responsável, cooperativismo e sustentabilidade, inovação e simplicidade”.

Estamos superando os desafios do contexto atual e é com o apoio dos nossos cooperados que venceremos os próximos obstáculos.

É com muito trabalho, dedicação e espírito cooperativista que a nossa cooperativa sempre esteve e continuará sendo uma instituição de destaque na nossa região oferecendo soluções financeiras justas e promovendo o desenvolvimento dos nossos cooperados.

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Liderança Inspiradora
- Inovação e Simplicidade

Conselho de Administração

EFETIVOS

Edwaldo Pinheiro de Santana Filho – Presidente

Antônio Vidal da Silva Neto - Vice-Presidente

Alberto Lavigne Bichara

Álvaro Cezar de Souza Amorim

Nylson Antônio Ramos Valença

Dan Erico Vieira Petit Lobão

Silvio Roberto Sousa de Oliveira

SUPLENTE

José Raimundo Maia dos Santos - Conselheiro Suplente

Elias José Pereira - Conselheiro Efetivo - Conselheiro Suplente

Conselho Fiscal

EFETIVOS

Aulo Bernardo de Sena Filho

Avilé Quadros Lima

Ivohé Trindade Fontes

SUPLENTE

Ecio Almeida Soares

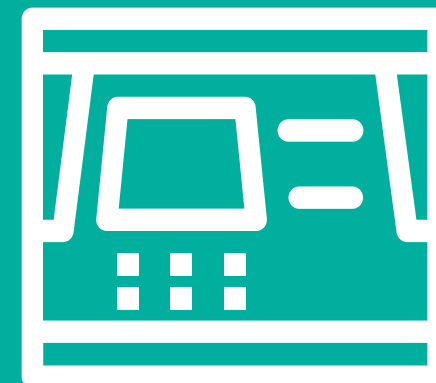
Erondino Cardoso

José Reinaldo dos Santos Pereira

Diretoria Executiva

Wilton Nelson Siqueira Gama – Diretor Operacional

Milena Sabino da Cunha – Diretora Administrativa



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da CEPLAC

– Sicoob Coopec, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 02/05/2020 o SICOOB COPEC completou 32 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOPEC obteve um resultado positivo de R\$ 879.275,27 (sem destinações do período) representando sobre o Patrimônio Líquido de 2,4%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 8.666.004,36. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 40.878.440,49 (sem provisão).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 40.878.440,49	100%
Carteira Rural	R\$ -	0%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 10,3% da carteira, no montante de R\$ 4.191.775,76.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 20.291.430,18, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior 14,9%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 3.524.185,04	17%
Depósitos a Prazo	R\$ 16.767.245,14	83%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 53,5% da captação, no montante de R\$ 10.865.918,82.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPEC era de R\$ 32.610.006,39. O quadro de associados era composto por 2.349 Cooperados, havendo decréscimo de -0,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPEC adota a política de

classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos

e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPEC aderiram, em 2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Ouvidoria do SICOOB COOPEC registrou 06 (seis) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 06 (seis) reclamações, as 06 (seis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que

estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de

riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas

de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido

pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os

principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Itabuna/BA, 04 de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

Edwaldo Pinheiro de Santana
Presidente

Antônio Vidal da Silva
Vice-Presidente

Milena Sabino
Diretora Administrativa

Wilton Nelson Siqueira
Diretor Relacionamento e Crédito

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO
MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA
CEPLAC LTDA - SICOOB COOPEC

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		59.296.140,11	61.918.706,39
Circulante		20.672.654,72	26.288.982,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.351.966,90	12.422.631,11
Disponibilidades		685.962,54	958.533,12
Centralização Financeira - Cooperativas		8.666.004,36	11.464.097,99
Instrumentos Financeiros	5	87,58	1.737.942,49
Títulos e Valores Mobiliários		87,58	1.737.942,49
Operações de Crédito	6	11.267.586,17	11.923.569,18
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		11.790.761,03	13.076.521,32
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(711.786,30)	(1.152.952,14)
Financiamentos		194.094,91	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(5.483,47)	-
Outros Créditos	7	36.311,97	198.867,67
Créditos por Avais e Fianças Honradas		23.198,78	9.396,79
Rendas a Receber		18.129,67	55.948,25
Diversos		14.833,54	176.556,08
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(19.850,02)	(43.033,45)
Outros Valores e Bens	8	16.702,10	5.971,90
Outros Valores e Bens		1.180,00	983,00
Despesas Antecipadas		15.522,10	4.988,90
Não Circulante		38.623.485,39	35.629.724,04
Realizável a Longo Prazo		27.983.731,01	25.016.371,98
Operações de Crédito	6	27.946.957,57	24.981.581,43
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		28.509.690,60	26.391.655,51
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(935.066,12)	(1.410.074,08)
Financiamentos		383.893,95	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(11.560,86)	-
Outros Créditos	7	36.773,44	34.790,55
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		36.773,44	34.790,55
Permanente		10.639.754,38	10.613.352,06
Investimentos	9	4.928.402,14	4.734.683,01
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.928.402,14	4.734.683,01
Imobilizado de Uso	10	5.691.764,09	5.863.629,42
Imobilizado de Uso		6.351.112,31	6.155.474,24
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(659.348,22)	(291.844,82)
Intangível	11	19.588,15	15.039,63
Ativos Intangíveis		32.069,48	23.719,88
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(12.481,33)	(8.680,25)
Total do Ativo		59.296.140,11	61.918.706,39
PASSIVO		22.189.395,62	19.236.482,67
Circulante		22.189.395,62	19.230.482,67
Depósitos	12	20.291.430,18	17.653.045,88
Depósitos à Vista		3.524.185,04	1.622.547,10
Depósitos a Prazo		16.767.245,14	16.030.498,78
Outras Obrigações	13	1.897.965,44	1.577.436,79
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		532,02	8.811,57
Sociais e Estatutárias		1.276.387,15	933.564,93
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		120.634,37	120.140,09
Diversas		500.411,90	514.920,20
Não Circulante		-	6.000,00
Outras Obrigações	13	-	6.000,00
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		-	6.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	37.106.744,49	42.682.223,72
Capital Social	15.1	28.858.864,25	33.105.963,98
De Domiciliados no País		28.944.637,85	33.192.477,96
(-) Capital A Realizar		(85.773,60)	(86.513,98)
Reserva de Sobras	15.2	7.507.848,79	6.000.568,73
Sobras ou Perdas Acumuladas	15.3	740.031,45	3.575.691,01
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		59.296.140,11	61.918.706,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MILENA SABINO DA CUNHA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

WILTON NELSON SIQUEIRA GAMA
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR – CRC/BA Nº 023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	17	4.162.010,26	8.499.986,16	5.391.923,77	10.836.388,86
Operações de Crédito		4.049.533,38	8.161.122,85	4.936.392,36	9.807.760,91
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		55,05	15.940,69	98.788,08	304.478,96
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		112.421,83	322.922,62	356.743,33	724.148,99
Dispêndio da Intermediação Financeira	18	(177.106,68)	(364.955,82)	(93.432,01)	(1.569.017,50)
Operações de Captação no Mercado		(218.299,91)	(571.162,47)	(569.607,69)	(1.222.856,10)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		41.193,23	206.206,65	476.175,68	(346.161,40)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.984.903,58	8.135.030,34	5.298.491,76	9.267.371,36
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.505.133,89)	(7.006.618,35)	(3.017.331,75)	(5.839.855,82)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	130.470,31	269.576,02	217.740,92	342.881,35
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	105.547,34	219.154,34	132.818,16	276.641,76
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(1.575.762,85)	(3.076.079,44)	(1.379.510,74)	(2.424.300,92)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(2.051.720,35)	(4.248.113,87)	(2.193.029,87)	(4.224.833,17)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	23	(22.015,10)	(44.813,63)	(37.842,00)	(59.486,64)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	252.001,43	367.358,89	395.470,01	554.402,33
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(334.788,32)	(469.728,79)	(152.069,93)	(289.020,91)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	26	6.000,00	(13.660,00)	(6.000,00)	(6.000,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	27	(14.866,35)	(10.311,87)	5.091,70	(10.139,62)
Resultado Operacional		479.769,69	1.128.411,99	2.281.160,01	3.427.515,54
Resultado Antes da Tributação e Participações		479.769,69	1.128.411,99	2.281.160,01	3.427.515,54
Imposto de Rendas		-	-	2.910,52	-
Contribuição Social		-	-	2.910,53	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		479.769,69	1.128.411,99	2.286.981,06	3.427.515,54
Destinações Legais e Estatutárias		-	(219.818,81)	-	(384.136,80)
FATES		-	(43.963,76)	-	(96.034,20)
Reserva Legal		-	(175.855,05)	-	(288.102,60)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		479.769,69	908.593,18	2.286.981,06	3.043.378,74
Juros ao Capital	16	(46.623,26)	(249.136,72)	(936.533,85)	(1.506.831,53)
Sobras/Perdas Líquidas		433.146,43	659.456,46	1.350.447,21	1.536.547,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MILENA SABINO DA CUNHA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR – CRC/BA Nº 023450/O-3

WILTON NELSON SIQUEIRA GAMA
DIRETOR OPERACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em Reais)

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		479.769,69	1.128.411,99	2.286.981,06	3.427.515,54
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente	28	479.769,69	1.128.411,99	2.286.981,06	3.427.515,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MILENA SABINO DA CUNHA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR – CRC/BA Nº 023450/O-3

WILTON NELSON SIQUEIRA GAMA
DIRETOR OPERACIONAL



DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão			
Saldo em 31/12/2018	Notas	34.780.958,15	(69.387,87)	4.683.584,96	1.287.143,80	4.204.405,86	44.886.704,90
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	-	(420.440,59)	(420.440,59)
Constituição de Reservas		-	-	840.881,17	940.000,00	(1.780.881,17)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(2.002.898,35)	(2.002.898,35)
Ao Capital		109,99	-	-	-	(109,99)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(75,76)	(75,76)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.480.384,64	(17.126,11)	-	-	-	1.463.258,53
Por Devolução (-)		(4.568.519,48)	-	-	-	-	(4.568.519,48)
Reversões de Reservas		-	-	-	(2.039.143,80)	2.039.143,80	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	3.427.515,54	3.427.515,54
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(1.506.831,53)	(1.506.831,53)
Juros ao Capital		1.506.831,14	-	-	-	-	1.506.831,14
IRRF sobre Juros ao Capital		(7.286,48)	-	-	-	-	(7.286,48)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	288.102,60	-	(288.102,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	(96.034,20)	(96.034,20)
Saldo em 31/12/2019		33.192.477,96	(86.513,98)	5.812.568,73	188.000,00	3.575.691,01	42.682.223,72
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	-	(160.000,00)	(160.000,00)
Constituição de Reservas		-	-	890.000,00	522.000,00	(1.412.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(1.814.618,37)	(1.814.618,37)
Ao Capital		189.068,45	-	-	-	(189.068,45)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(4,19)	(4,19)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.382.183,34	740,38	-	-	-	1.382.923,72
Por Devolução (-)		(6.064.775,64)	-	-	-	-	(6.064.775,64)
Reversões de Reservas		-	-	-	(80.574,99)	80.574,99	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.128.411,99	1.128.411,99
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(249.136,72)	(249.136,72)
Juros ao Capital		249.136,72	-	-	-	-	249.136,72
IRRF sobre Juros ao Capital		(3.452,98)	-	-	-	-	(3.452,98)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	175.855,05	-	(175.855,05)	-
F A T E S		-	-	-	-	(43.963,76)	(43.963,76)
Saldo em 31/12/2020		28.944.637,85	(85.773,60)	6.878.423,78	629.425,01	740.031,45	37.106.744,49
Saldo em 30/06/2019		32.952.053,52	(83.085,49)	5.524.466,13	886.618,53	1.910.762,07	41.190.814,76
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		710.173,99	(3.428,49)	-	-	-	706.745,50
Por Devolução (-)		(1.969.294,21)	-	-	-	-	(1.969.294,21)
Reversões de Reservas		-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	2.286.981,06	2.286.981,06
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(936.533,85)	(936.533,85)
Juros ao Capital		1.506.831,14	-	-	-	-	1.506.831,14
IRRF sobre Juros ao Capital		(7.286,48)	-	-	-	-	(7.286,48)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	288.102,60	-	(288.102,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	(96.034,20)	(96.034,20)
Saldo em 31/12/2019		33.192.477,96	(86.513,98)	5.812.568,73	188.000,00	3.575.691,01	42.682.223,72
Saldo em 30/06/2020		30.260.924,13	(88.528,77)	5.812.568,73	188.000,00	4.021.819,85	40.194.783,94
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	-	(160.000,00)	(160.000,00)
Constituição de Reservas		-	-	890.000,00	522.000,00	(1.412.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(1.814.618,37)	(1.814.618,37)
Ao Capital		189.068,45	-	-	-	(189.068,45)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(4,19)	(4,19)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		711.803,07	2.755,17	-	-	-	714.558,24
Por Devolução (-)		(2.462.841,54)	-	-	-	-	(2.462.841,54)
Reversões de Reservas		-	-	-	(80.574,99)	80.574,99	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	479.769,69	479.769,69
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(46.623,26)	(46.623,26)
Juros ao Capital		249.136,72	-	-	-	-	249.136,72
IRRF sobre Juros ao Capital		(3.452,98)	-	-	-	-	(3.452,98)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	175.855,05	-	(175.855,05)	-
F A T E S		-	-	-	-	(43.963,76)	(43.963,76)
Saldo em 31/12/2020		28.944.637,85	(85.773,60)	6.878.423,78	629.425,01	740.031,45	37.106.744,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MILENA SABINO DA CUNHA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

WILTON NELSON SIQUEIRA GAMA
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR – CRC/BA Nº 023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		479.769,69	1.128.411,99	2.286.981,06	3.427.515,54
Juros ao Capital Recebido		(131.294,40)	(131.294,40)	(264.815,55)	(264.815,55)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(23.148,35)	-	(13.256,87)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(41.193,23)	(206.206,65)	(476.175,68)	346.161,40
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		50.627,40	91.934,13	43.455,99	91.229,61
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	19.660,00	6.000,00	6.000,00
Depreciações e Amortizações		187.344,33	371.304,45	90.105,87	106.445,26
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		545.253,79	1.250.661,17	1.685.551,69	3.699.279,39
Títulos e Valores Mobiliários		22.417,23	1.737.854,91	4.014.943,32	4.815.781,85
Relações Interdependências.		-	-	-	900.000,00
Operações de Crédito		(2.012.050,99)	(2.103.186,48)	1.399.379,30	211.750,78
Outros Créditos		312.499,93	160.572,81	289.072,24	144.540,12
Outros Valores e Bens		44.698,15	(10.730,20)	71.470,48	17.015,40
Depósitos à Vista		1.375.344,96	1.901.637,94	62.093,90	212.487,48
Depósitos à Prazo		481.371,40	736.746,36	(2.917.377,24)	(1.437.035,33)
Outras Obrigações		116.286,12	(46.202,20)	(1.686.486,16)	(1.353.620,73)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		(160.000,00)	(160.000,00)	-	(420.440,59)
FATES Sobras Exercício		(43.963,76)	(43.963,76)	(96.034,20)	(96.034,20)
Imposto de Renda		-	-	2.910,52	-
Contribuição Social		-	-	2.910,53	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		681.856,83	3.423.390,55	2.828.434,38	6.693.724,17
Atividades de Investimentos					
Distribuição Sobras da Central		-	23.148,35	-	13.256,87
Recebimento de Juros ao Capital		131.294,40	131.294,40	264.815,55	264.815,55
Aquisição de Intangível		(8.349,60)	(8.349,60)	(13.338,53)	(15.793,88)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(105.645,12)	(195.638,04)	(980.509,54)	(2.341.401,35)
Aquisição de investimentos		(152.103,15)	(193.719,13)	(284.939,54)	(318.301,91)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(134.803,47)	(243.264,02)	(1.013.972,06)	(2.397.424,72)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		714.558,24	1.382.923,72	706.745,50	1.463.258,53
Devolução de Capital à Cooperados		(2.462.841,54)	(6.064.775,64)	(1.969.294,21)	(4.568.519,48)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(4,19)	(4,19)	-	(75,76)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(1.814.618,37)	(1.814.618,37)	-	(2.002.898,35)
Juros ao Capital pago		245.683,74	245.683,74	1.506.831,14	1.506.831,14
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	(7.286,48)	(7.286,48)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(3.317.222,12)	(6.250.790,74)	236.995,95	(3.608.690,40)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.770.168,76)	(3.070.664,21)	2.051.458,27	687.609,05
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		12.122.135,66	12.422.631,11	10.371.172,84	11.735.022,06
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		9.351.966,90	9.351.966,90	12.422.631,11	12.422.631,11
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.770.168,76)	(3.070.664,21)	2.051.458,27	687.609,05

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MILENA SABINO DA CUNHA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

WILTON NELSON SIQUEIRA GAMA
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR – CRC/BA Nº 023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONARIOS DA CEPLAC LTDA - SICOOB COOPEC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/09/1988**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPEC**, sediada em Ilhéus-BA, possui 1 Postos de Atendimento (PAs) na seguinte localidade: **ITABUNA - BA**.

O **SICOOB COOPEC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **01/02/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em consideração na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus".

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONARIOS DA CEPLAC LTDA - SICOOB COOPEC junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se



necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	315.648,13	354.170,17
Numerário em trânsito	367.000,00	600.000,00
Depósitos bancários BB	3.314,41	4.362,95
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	8.666.004,36	11.464.097,99
TOTAL	9.351.966,90	12.422.631,11

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL BA**, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 322.922,62 e

R\$ 724.148,99 com taxa média de 95% do CDI nos respectivos períodos.

5. Instrumentos financeiros

Em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários	87,58	1.737.942,49
TOTAL	87,58	1.737.942,49

(a) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento de renda fixa no Banco do Brasil denominado BB Renda Fixa Referenciado DI Coopcred, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 15.940,69 e R\$ 304.478,96.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	11.790.761,03	28.509.690,60	40.300.451,63	39.468.176,83
Financiamentos	194.094,91	383.893,95	577.988,86	-
Total de Operações de Crédito	11.984.855,94	28.893.584,55	40.878.440,49	39.468.176,83
-) Provisões para Operações de Crédito	(717.269,77)	(946.626,98)	(1.663.896,75)	(2.563.026,22)
TOTAL	11.267.586,17	27.946.957,57	39.214.543,74	36.905.150,61

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	3.994.484,35	-	3.994.484,35		3.201.905,59	
A	0,5%	Normal	12.229.978,63	20.208,99	12.250.187,62	(61.250,94)	8.974.176,18	(44.871,00)
B	1%	Normal	7.515.981,97	253.291,57	7.769.273,54	(77.692,89)	5.838.747,38	(58.387,47)
B	1%	Vencidas	43.807,35	-	43.807,35	(438,07)	84.959,44	(849,59)
C	3%	Normal	11.139.200,06	229.120,62	11.368.320,68	(341.049,62)	10.569.909,33	(317.097,40)
C	3%	Vencidas	108.254,62	-	108.254,62	(3.247,64)	170.498,57	(5.115,08)
D	10%	Normal	3.381.040,81	54.956,84	3.435.997,65	(343.599,77)	7.948.382,71	(794.838,27)
D	10%	Vencidas	49.511,68	20.410,84	69.922,52	(6.992,25)	156.656,02	(15.665,60)
E	30%	Normal	1.243.078,91	-	1.243.078,91	(372.923,67)	1.310.887,76	(393.266,45)
E	30%	Vencidas	51.254,08	-	51.254,08	(15.376,22)	163.720,78	(49.116,35)
F	50%	Normal	136.736,81	-	136.736,81	(68.368,41)	166.689,01	(83.344,51)
F	50%	Vencidas	37.174,63	-	37.174,63	(18.587,32)	91.190,16	(45.595,08)
G	70%	Normal	46.805,10	-	46.805,10	(32.763,57)	58.124,13	(40.687,01)
G	70%	Vencidas	5.120,85	-	5.120,85	(3.584,60)	60.458,31	(42.320,95)
H	100%	Normal	210.983,47	-	210.983,47	(210.983,47)	175.405,29	(175.405,29)
H	100%	Vencidas	107.038,31	-	107.038,31	(107.038,31)	496.466,17	(496.466,17)
Total Normal			39.898.290,11	557.578,02	40.455.868,13	(1.508.632,34)	38.244.227,38	(1.907.897,40)
Total Vencidos			402.161,52	20.410,84	422.572,36	(155.264,41)	1.223.949,45	(655.128,82)
Total Geral			40.300.451,63	577.988,86	40.878.440,49	(1.663.896,75)	39.468.176,83	(2.563.026,22)
Provisões			(1.646.852,42)	(17.044,33)	(1.663.896,75)		(2.563.026,22)	
Total Líquido			38.653.599,21	560.944,53	39.214.543,74		36.905.150,61	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos/TD	4.839.114,15	6.951.646,88	28.509.690,60	40.300.451,63
Financiamentos	54.697,27	139.397,64	383.893,95	577.988,86
TOTAL	4.893.811,42	7.091.044,52	28.893.584,55	40.878.440,49

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	3.448.626,44	425.344,16	3.873.970,60	9%
Pessoa Física	36.851.825,19	152.644,70	37.004.469,89	91%
TOTAL	40.300.451,63	577.988,86	40.878.440,49	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.563.026,22)	(2.571.385,18)
Constituições/ Reversões	225.775,67	(371.784,33)
Transferência para prejuízo	673.353,80	380.143,29
TOTAL	(1.663.896,75)	(2.563.026,22)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	278.365,80	1%	244.907,50	1%
10 Maiores Devedores	2.392.148,70	6%	2.142.837,13	5%
50 Maiores Devedores	8.230.378,82	20%	7.404.541,37	19%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.417.025,16	1.145.292,34
Valor das operações transferidas no período	673.353,80	380.143,29
Valor das operações recuperadas no período	(185.796,05)	(108.410,47)
TOTAL	(1.904.582,91)	(1.417.025,16)

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 27.945.757,01**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	23.198,78	-	9.396,79	-
Rendas a Receber	18.129,67	-	55.948,25	-
Serviços prestados a receber	298,42	-	254,75	-
Outras rendas a receber – Convênio INSS	17.798,31	-	55.654,70	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central	32,94	-	38,80	-
Diversos	14.833,54	-	176.556,08	-
Adiantamentos e antecipações salariais	5.631,79	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.617,83	-	33.652,85	-
Títulos e créditos a receber	3.000,73	-	42.615,27	-
Devedores diversos - país	4.583,19	-	100.287,96	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	-	36.773,44	-	34.790,55
(-) Provisões para outros créditos (b)	(19.850,02)	-	(43.033,45)	-
(-) Com características de concessão de crédito	(19.425,11)	-	(9.396,79)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(424,91)	-	(33.636,66)	-
TOTAL	36.311,97	36.773,44	198.867,67	34.790,55



(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	5.390,96	(1.617,29)	-	-
H	100%	Vencidas	17.807,82	(1.7807,82)	9.396,79	(9.396,79)
Total Vencidos			23.198,78	(19.425,11)	9.396,79	(9.396,79)
Total Geral			23.198,78	(19.425,11)	9.396,79	(9.396,79)
Provisões			(19.425,11)		(9.396,79)	
Total Líquido			3.773,67		-	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	1.180,00	983,00
Despesas Antecipadas (a)	15.522,10	4.988,90
TOTAL	16.702,10	5.971,90

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é representado em sua totalidade por quotas do **SICOOB CENTRAL BA**.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	4%	4.783.733,08	4.692.049,90
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(236.239,60)	(46.501,69)
Instalações	10%	169.441,16	156.637,12
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(18.566,90)	(1.628,47)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	729.333,55	733.100,57
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(162.271,08)	(94.745,03)
Sistema de Comunicação	10%	90.275,79	90.275,79
Sistema de Processamento de Dados	20%	479.146,42	384.228,55
Sistema de Segurança	10%	99.182,31	99.182,31
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(242.270,64)	(148.969,63)
TOTAL		5.691.764,09	5.863.629,42

11. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Softwares	32.069,48	23.719,88
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(12.481,33)	(8.680,25)
TOTAL	19.588,15	15.039,63

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados

depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	3.524.185,04		1.622.547,10	
Depósito a Prazo	16.767.245,14	0,18%	16.030.498,78	0,39%
TOTAL	20.291.430,18		17.653.045,88	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	2.350.223,20	12%	2.630.059,47	15%
10 Maiores Depositantes	8.424.509,44	42%	9.373.224,82	55%
50 Maiores Depositantes	14.999.874,60	76%	14.709.874,75	86%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(203.436,50)	(543.107,89)	(555.233,41)	(1.194.120,75)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(14.863,41)	(28.054,58)	(14.374,28)	(28.735,35)
TOTAL	(218.299,91)	(571.162,47)	(569.607,69)	(1.222.856,10)

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	532,02	8.811,57
Sociais e Estatutárias	1.276.387,15	933.564,93
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	120.634,37	120.140,09
Diversas	500.411,90	514.920,20
TOTAL	1.897.965,44	1.582.474,17

13.1 Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito – IOF a recolher	0,37	7.869,60
Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a recolher	531,65	941,97
TOTAL	532,02	8.811,57

13.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	433.982,00	454.540,98
Cotas de Capital a Pagar (b)	842.405,15	479.023,95
TOTAL	1.276.387,15	933.564,93

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do

BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	36.232,92	38.294,74
Impostos e Contribuições sobre Salários	71.834,07	61.806,40
Outros	12.567,38	20.038,95
TOTAL	120.634,37	120.140,09

13.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.163,05	9.026,88
Provisão para Pagamentos a Efetuar	331.390,10	383.254,98
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	77.055,39	66.743,52
Credores Diversos – País (b)	87.803,36	55.894,82
TOTAL	500.411,90	514.920,20

a) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.599.761,50 (R\$ 1.078.491,94 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Referem-se as rubricas Pendências a Regularizar (R\$ 24.075,80), Diferença de Caixa (R\$ 607,37), Pagamentos a Processar (R\$ 28.362,40), Cooperativa Central (R\$ 4.397,10), Créditos de Terceiros (R\$ 16.329,28), Conta Transitória (R\$ 79,06), Taxas Alienação de Veículos a Repassar (R\$ 412,68) e Saldos Credores – Encerramento C/C (R\$ 13.539,67).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPEC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	28.858.864,25	33.105.963,98
Associados	2.349	2.361

15.2 Reservas de Sobras

As reservas de sobras estão compostas pelo Fundo de Reserva e pela Reserva para Expansão.

O Fundo de Reserva é constituído pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades cujo saldo acumulado é de R\$ 6.878.423,78.

A Reserva para Expansão foi constituída com a finalidade de aquisição da Sede própria, aquisição de bens para o Ativo Permanente e a estruturação/reforma da sede e possíveis pontos de atendimentos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente é de R\$ 629.425,01.

15.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As Sobras Acumuladas retratam as Sobras do exercício de 2020 à disposição da Assembleia Geral no total de R\$ 740.031,45. As Sobras relativas ao 2º Semestre de 2020 foram de R\$ 433.146,43.

15.4 Destinações Legais e Estatutárias

As sobras do exercício têm a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobras brutas do exercício	879.275,27	1.920.684,01
Destinações estatutárias	(219.818,81)	(384.136,80)
Reserva legal - 20%	(175.855,05)	(288.102,60)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(43.963,76)	(96.034,20)
Reversão/Ajustes	80.574,99	2.039.143,80
Reversão parcial da Reserva para Expansão (Nota 15.2)	80.574,99	2.039.143,80
Sobra à disposição da Assembleia Geral	740.031,45	3.575.691,01

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada a 30% do valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Ingressos /Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	1.876,36	5.761,53	7.826,17	15.989,51
Rendas De Empréstimos	3.901.264,81	7.918.929,44	4.879.061,06	9.673.651,10
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	2.649,85	2.649,85	-	-
Rendas De Financiamentos	25.366,98	25.366,98	-	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	118.375,38	208.415,05	49.505,13	118.120,30
Resultado de Op. Com Tit. e Val. Mobil. e Inst. Financeiros	55,05	15.940,69	98.788,08	304.478,96
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	112.421,83	322.922,62	356.743,33	724.148,99
TOTAL	4.162.010,26	8.499.986,16	5.391.923,77	10.836.388,86



18. Despesas (Dispêndio) de Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(218.299,91)	(571.162,47)	(569.607,69)	(1.222.856,10)
Provisões para Operações de Crédito	41.684,21	225.775,67	476.821,53	(371.784,33)
Provisões para Outros Créditos	(490,98)	(19.569,02)	(645,85)	25.622,93
TOTAL	(177.106,68)	(364.955,82)	(93.432,01)	(1.569.017,50)

19. Receitas (Ingressos) de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	3.728,39	5.137,39	-	-
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	19.332,70	39.508,65	16.212,48	33.428,32
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	107.409,22	224.929,98	201.528,44	309.453,03
TOTAL	130.470,31	269.576,02	217.740,92	342.881,35

20. Rendas (Ingressos) de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	50.189,58	102.011,00	55.803,72	114.237,48
Rendas de Serviços Prioritários – PF	47.535,87	105.896,67	73.545,29	156.378,73
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	0,00	0,00	59,36	59,36
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	7.821,89	11.246,67	3.409,79	5.966,19
TOTAL	105.547,34	219.154,34	132.818,16	276.641,76

21. Despesas (Dispêndios) de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(34.416,00)	(68.832,00)	(34.416,00)	(45.888,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(360.853,26)	(673.962,14)	(273.642,00)	(457.965,10)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(162.489,25)	(326.866,02)	(142.987,93)	(300.636,47)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(317.657,39)	(632.041,63)	(290.803,10)	(512.105,74)
Despesas de Pessoal – Proventos	(681.807,12)	(1.350.647,69)	(628.765,75)	(1.089.827,65)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(3.980,00)	(5.730,00)	(5.000,00)	(5.000,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(14.559,83)	(17.999,96)	(3.895,96)	(12.877,96)
TOTAL	(1.575.762,85)	(3.076.079,44)	(1.379.510,74)	(2.424.300,92)

22. Despesas (Dispêndios) administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(25.889,18)	(53.167,92)	(23.402,94)	(26.527,74)
Despesas de Aluguéis	(25.733,40)	(49.874,60)	(24.711,20)	(28.676,40)
Despesas de Comunicações	(36.116,97)	(81.081,81)	(29.059,53)	(56.995,59)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(26.925,06)	(52.637,01)	(22.357,09)	(28.108,54)
Despesas de Material	(9.984,61)	(24.570,66)	(24.034,69)	(34.177,81)
Despesas de Processamento de Dados	(92.718,93)	(177.017,79)	(100.896,78)	(213.013,59)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(100.046,25)	(155.582,65)	(30.950,56)	(51.718,92)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(12.235,13)	(32.767,05)	(40.761,66)	(56.032,30)
Despesas de Publicações	(490,00)	(490,00)	-	(480,00)
Despesas de Seguros	(18.188,57)	(35.016,35)	(1.305,35)	(4.688,95)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(155.539,33)	(299.823,63)	(131.388,24)	(275.264,04)
Despesas de Serviços de Terceiros	(60.387,20)	(163.372,11)	(135.908,44)	(205.579,44)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(107.973,94)	(218.174,93)	(81.743,92)	(121.207,61)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(37.923,49)	(129.651,62)	(137.337,42)	(192.404,00)
Despesas de Transporte	(57.203,97)	(146.483,42)	(79.168,24)	(168.296,90)
Despesas de Viagem no País	-	(1.946,70)	(40.664,61)	(73.082,02)
Despesas de Amortização	(2.178,86)	(3.801,08)	(896,04)	(1.061,70)
Despesas de Depreciação	(185.165,47)	(367.503,37)	(89.209,83)	(105.383,56)
Outras Despesas Administrativas (a)	(728.626,60)	(1.426.601,21)	(811.766,51)	(1.808.176,66)
Emolumentos judiciais e cartorários	(34.308,33)	(84.661,98)	(324,00)	(324,00)
Contribuição a OCE	(35.604,97)	(71.209,93)	(35.931,36)	(71.862,72)
Rateio de despesas da Central	(265.193,48)	(599.951,45)	(315.504,06)	(630.122,67)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(33.286,61)	(72.726,60)	(35.707,40)	(71.648,01)
TOTAL	(2.051.720,35)	(4.248.113,87)	(2.193.029,87)	(4.224.833,17)

(a) Composto substancialmente pela despesa com repasse GRU FOPAG (R\$ 1.055.002,99) e verbas de serviços de representação (R\$ 275.327,68).

23. Despesas (Dispêndios) tributários

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas Tributárias	(5.302,94)	(10.605,80)	(12.613,60)	(19.392,15)
Desp. De Imposto s/ Serv. De Qualquer Natureza - ISSQN	(5.370,42)	(11.125,02)	(10.073,72)	(15.469,95)
Desp. Contribuição ao COFINS	(4.415,12)	(9.134,18)	(8.063,10)	(12.380,09)
Desp. Contribuição ao PIS/PASEP	(6.926,62)	(13.948,63)	(7.091,58)	(12.244,45)
TOTAL	(22.015,10)	(44.813,63)	(31.842,00)	(59.486,64)

24. Outras receitas (Ingressos) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	33.209,37	40.603,96	10.560,68	21.041,70
Deduções e abatimentos	6.154,80	6.154,80	7.409,71	34.633,15
Distribuição de sobras da central	-	23.148,35	-	13.256,87
Outras rendas operacionais	132.460,17	133.535,62	282.810,97	313.344,57
Rendas oriundas de cartões de crédito	80.177,09	163.916,16	94.688,65	172.126,04
TOTAL	252.001,43	367.358,89	395.470,01	554.402,33

25. Outras despesas (Dispêndios) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(4.010,57)	-	(18.550,50)
Outras Despesas Operacionais (a)	(332.983,22)	(460.463,42)	(143.869,63)	(258.382,66)
Descontos concedidos - operações de crédito	-	(0,15)	(17,04)	(38,10)
Cancelamento - tarifas pendentes	(1.805,10)	(5.254,65)	(8.183,26)	(12.049,65)
TOTAL	(334.788,32)	(469.728,79)	(152.069,93)	(289.020,91)

(a) Refere-se, basicamente, às perdas registradas no período no montante de R\$ 234.346,57.

26. Despesas (Dispêndios) de provisão para passivos contingentes]

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Reversão/Provisão para Contingências	6.000,00	(13.660,00)	(6.000,00)	(6.000,00)
TOTAL	6.000,00	(13.660,00)	(6.000,00)	(6.000,00)

27. Despesas (Dispêndios) de provisão para garantias prestadas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesa com Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(50.627,40)	(91.934,13)	(43.455,99)	(91.229,61)
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	35.761,05	81.622,26	48.547,69	81.089,99
TOTAL	(14.866,35)	(10.311,87)	5.091,70	(10.139,62)

28. Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.



As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício findo em 31 de Dezembro 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	22.035,52	0,0449%	101,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	471.494,85	0,9604%	5.440,06
TOTAL	493.530,37	1,0053%	5.541,06
Montante das Operações Passivas	215.362,54	0,7419%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de Dezembro 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	15.203,50	984,85	0,8522%
Empréstimos	355.342,77	7.102,62	0,9270%
Financiamentos	20.208,99	101,04	3,4964%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	252.376,77	7,4191%	0%
Depósitos a Prazo	361.614,35	2,1567%	0,1677%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	1,5218%	42,7406%
Financiamentos Rurais - repasses	1,1200%	24,4000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	101,2682%	145,2363%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 20	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,5442%
Aplicações Financeiras	0,7419%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	7.203,61
Financiamentos	113.407,98

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
51.803,75	47.801,34

h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)
	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	(498.212,00)	(344.435,40)
Cédulas de presença Conselho Administrativo	(124.280,00)	(76.480,00)
Gratificações	(51.470,14)	(37.049,70)
INSS	(148.558,95)	(100.770,58)
FGTS	(26.078,26)	(18.129,07)
Plano de Saúde	(19.716,16)	(13.554,86)
Alimentação	(22.920,16)	(27.279,04)

j) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

Descrição	Saldo em 31/12/2020
Conselho de administração	241.585,20
Diretoria	43.736,82

30. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONARIOS DA CEPLAC LTDA - SICOOB COOPEC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações

econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPEC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL BA**, em 31/12/2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 05/02/2021, com opinião sem modificação.

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.



A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	44.462.603,25	44.123.094,76
Patrimônio de Referência (RWA RPS)	32.610.006,39	38.387.429,15
Índice de Basileia %	73,34%	87,00%
Razão de Alavancagem (RA) %	56,85%	64,76%
Índice de imobilização %	17,45%	15,27%

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPEC**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 166.012,33.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída das demandas judiciais.

ILHÉUS-BA, 31 de Dezembro de 2020

Milena Sabino da Cunha
Diretora Administrativa

Wilton Nelson Siqueira Gama
Diretor Operacional

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº 023450/O - 3

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ceplac Ltda. – Sicoob Coopec Ilhéus-BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ceplac Ltda. – Sicoob Coopec, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopec em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro,

e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade



operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as

divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2021.




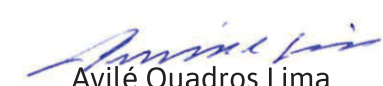

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB/COOPEC, no uso das suas atribuições estatutárias e legais, após examinar o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras ou Perdas e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício 2020, constatou que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB/COOPEC — Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ceplac-Ltda, em 31/12/2020 e, considerando que os exames foram efetuados dentro da extensão e profundidade necessárias, levando em conta, também, as verificações efetuadas durante o exercício social, recomenda à Assembléia Geral Ordinária a aprovação das contas prestadas pelo Conselho de Administração-CONAD.

Ilhéus, 24 de fevereiro de 2021

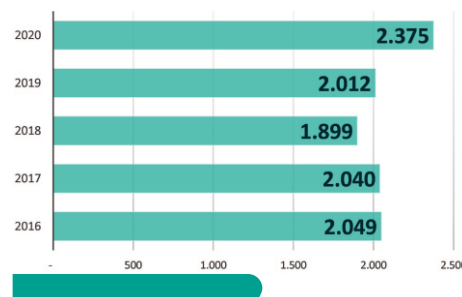

Aulo Bernardo de Sena Filho
Coordenador


Avilé Quadros Lima
Secretário

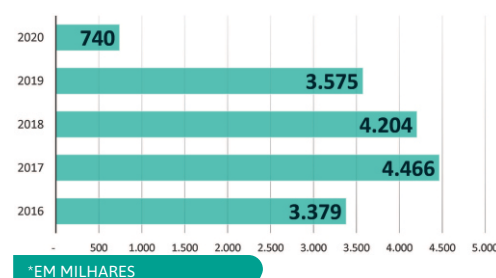

Ivohé Trindade Fontes
Membro



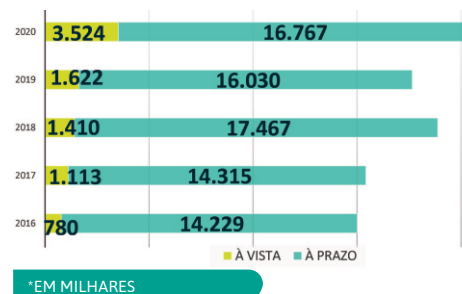
Evolução do quadro Social de 2016 a 2020



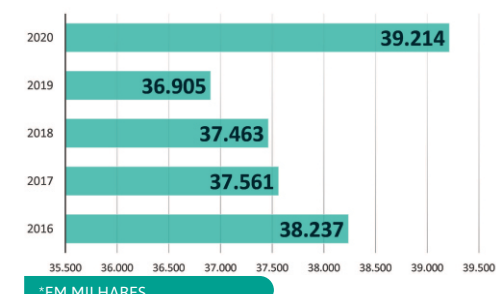
Comportamento das sobras (R\$) à disposição da ago de 2016 a 2020*



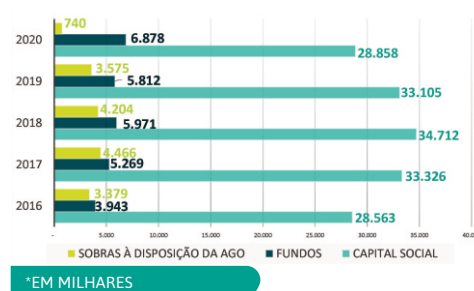
Saldo de depósitos à vista e à prazo de 2016 a 2020*



Carteira de Crédito (R\$) de 2016 a 2020*



COMPONENTES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$) DE 2016 A 2020



REDE DE ATENDIMENTO SICOOB COOPEC

O Sicoob oferece aos cooperados opções digitais, para que você possa realizar transações financeiras de qualquer lugar e a qualquer hora. O cooperado também conta com a comodidade da Rede Compartilhada e do Banco 24h.

O Sicoob Coopec possui dois pontos de atendimento:

PONTO DE ATENDIMENTO CEPLAC/ILHÉUS

Km 22 - Rodovia Ilhéus/Itabuna

PONTO DE ATENDIMENTO ITABUNA

Avenida Cinquentenário, nº 1.100



RELATÓRIO ANUAL 2020



/sicooboficial



/sicoob_oficial



@SICOOB_oficial



/sicoob-confedera-o



/sicooboficial



(61) 4000-1111

